



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

1

313/2017

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE UM VEÍCULO
OPERACIONAL DE COMBATE A INCÊNDIOS
FLORESTAIS PARA O MUNICIPIO DE LOULÉ NO
ÂMBITO DA CANDIDATURA POSEUR-1-2016-51,
PELO VALOR GLOBAL DE 158.200,00€, AO QUAL
ACRESCE O IVA À TAXA LEGAL.**

Ao primeiro dia do mês de setembro do ano 2017, em Loulé, no Edifício dos Paços do Concelho, perante mim Maria Júlia Gonçalves Sousa Gonçalves, oficial público dos contratos, da Câmara Municipal de Loulé, conforme despacho emitido pelo Senhor Presidente da Câmara no dia vinte e um de Outubro de dois mil e treze, é celebrado o presente contrato:-----

Entre o **MUNICÍPIO DE LOULÉ**, pessoa coletiva número 502098139, com sede na Praça da República, em Loulé, representado por **VÍTOR MANUEL GONÇALVES ALEIXO**, na qualidade de seu Presidente, com poderes para o ato, nos termos legais e a firma **JACINTO MARQUES DE OLIVEIRA, SUCESSORES, LDA**, com sede na Av.^a dos Correios, 191 em Esmoriz, Ovar, com o capital social de 700.000,00€, com o número único de matrícula e pessoa colectiva número 500147647, representada por **JACINTO MANUEL GOMES DE OLIVEIRA**, portador do cartão de cidadão número 03315398-1ZY3, emitido pela República Portuguesa e válido até 13 de novembro de 2019, contribuinte número 143051300, na qualidade de gerente, com poderes para o acto conforme consta da certidão permanente, é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

PRIMEIRA: Por despacho do Sr. Presidente de **24 de agosto de 2017**, e na sequência do concurso público, cujo anúncio foi publicado no Diário da República número 140, II Série de 21 de julho de 2017, foi adjudicado à firma **JACINTO MARQUES DE OLIVEIRA, SUCESSORES, LDA**, o fornecimento de “**UM VEÍCULO OPERACIONAL DE COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS PARA O MUNICIPIO DE LOULÉ NO ÂMBITO DA CANDIDATURA POSEUR-1-2016-51**”, pelo valor global de 158.200,00€ (cento e cinquenta e oito mil e duzentos euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme caderno de encargos e proposta do adjudicatário, e demais elementos



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

2
f 7 4

patentes no concurso que se consideram integrados no presente contrato, tendo o encargo cabimento na rubrica orçamental **02/07.01.06.02**;-----

A despesa referente a este contrato tem o compromisso orçamental n.º **9407** e LCPA n.º **11670** no âmbito do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, conjugado com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06;-----

SEGUNDA: O objeto do presente contrato consiste no fornecimento de um veículo florestal operacional de combate a incêndios florestais para o município de Loulé no âmbito da candidatura POSEUR-1-2016-51, conforme se descreve pormenorizadamente na parte II - cláusulas técnicas do caderno de encargos e na proposta do fornecedor que se dá por inteiramente reproduzida; -----

TERCEIRA: A entrega das viaturas será efectuada nas instalações do Corpo de Bombeiros de Loulé, localizado na Rua Humberto Pacheco, em Loulé, no prazo de 60 dias após assinatura do contrato conforme proposta do fornecedor.-----

Se o fornecedor não cumprir o prazo de entrega estabelecido, ou o que venha a ser acordado, acrescido de prorrogações legais ou graciosas que venham a ter lugar, ser-lhe-á aplicada uma pena pecuniária calculada sobre o valor da adjudicação em atraso, de montante a fixar nos seguintes termos constantes no artigo 13 da parte I – cláusulas gerais do caderno de encargos:-----

O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega da viatura, manuais em língua portuguesa com instruções sobre a operação, manutenção e reparação das viaturas, incluindo todos os equipamentos e acessórios, quer sejam mecânicos, hidráulicos, pneumáticos ou elétricos;-----

O fornecedor obriga-se a fornecer com o equipamento Declaração de Conformidade CE;-----

Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objecto do contrato e respectivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor;-----

QUARTA: O fornecedor garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a actividade da Edilidade;-----

QUINTA: O fornecedor obriga-se a entregar à Edilidade as viaturas com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no caderno de encargos.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

3

[Handwritten signature]

As viaturas devem ser entregues em perfeitas condições de utilização para o fim a que se destinam;-----

A edilidade procede no prazo de 5 dias após a entrega das viaturas, à inspecção quantitativa e qualitativa das mesmas, com vista a verificar, respectivamente, se as mesmas reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no caderno de encargos e na proposta do fornecedor, bem como outros requisitos exigidos por lei, nos termos do artigo 6.º da parte I – clausulas gerais do caderno de encargos;-----

SEXTA: No caso da realização dos testes não comprovar a total operacionalidade do bem objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no caderno de encargos, a Edilidade deve disso informar, por escrito, o fornecedor. O fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Edilidade, às substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos. Após a realização das substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respetivo, a Edilidade procede à realização de novos testes, nos termos do artigo 6.º da parte I - cláusulas gerais do caderno de encargos.-----

SÉTIMA: Caso os testes comprovem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e não existam defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no caderno de encargos, a Edilidade deve proceder à aceitação dos bens, mediante a emissão de um auto de receção, assinado pelo representante do fornecedor e da Edilidade. Com a assinatura do auto de receção, ocorre a transferência da posse e da propriedade daquele para a Edilidade, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.-----

OITAVA: Para efeitos de garantia, não se exceptuam quaisquer órgãos, peças ou equipamentos das viaturas, tais como amortecedores, bateria, rádio, etc.-----

O prazo de garantia total é de:-----

❖ 6 (seis) anos de garantia geral;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

4

❖ 6 (seis) anos de garantia contra corrosão;-----

❖ 6 (seis) anos de garantia de pintura;-----

NONA: Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar;-----

Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos acima referidos, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas;-----

Não constituem motivos de força maior os previstos no ponto 3 do artigo 14 da Parte I – cláusulas gerais do caderno de encargos;-----

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior;----

DÉCIMA: A quantia devida será paga no prazo de 60 dias após a receção da respectiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respectiva;-----

DÉCIMA PRIMEIRA: Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Edilidade pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:-----

a) Quando se verificarem incumprimentos, ou seja atraso na entrega superior a 30 dias seguidos;-----

b) Quando se verificar que o objecto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo fornecedor;-----

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;-----

DÉCIMA SEGUNDA: A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.-----

DÉCIMA TERCEIRA: Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado o foro dos Tribunais com competência territorial no concelho de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro;-----

DÉCIMA QUARTA: Que, nos casos omissos ao presente contrato, ou aos documentos a ele anexos, aplicar-se-ão as normas legais em vigor e supletivamente o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e restante legislação aplicável.-----

Que este contrato foi precedido de minuta, aprovada por despacho do Sr. Presidente de 24 de agosto de 2017, e aceite pela representada do segundo outorgante.-----

Do presente contrato fazem parte:-----

- Programa de Procedimento;-----

- Caderno de Encargos;-----

- Proposta do fornecedor.-----

- Deliberações de Câmara e Informações técnicas;-----

E, que ambos os outorgantes aceitem este contrato nos precisos termos exarados, de que tomaram integral conhecimento, assim como dos documentos anexos, que depois de lido vai ser assinado por todos os intervenientes.-----

O PRIMEIRO OUTORGANTE,

O SEGUNDO OUTORGANTE,

O OFICIAL PÚBLICO DOS CONTRATOS,